



# **Ações do Governo Federal no apoio à reconstrução do Rio Grande do Sul/Brasil: uma análise das políticas públicas**

**Allan Leon Casemiro da Silva**

*Faculdade de Ciência e Engenharia - FCE UNESP- Tupã – SP – Brasil*

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2397-3492>

**Sandra Medina Benini**

*Universidade de Várzea Grande- UNIVAG – MT – Brasil*

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7109-8717>

**Jeane Aparecida Rombi de Godoy**

*Universidade de Várzea Grande – UNIVAG – MT – Brasil*

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4577-4651>

## **Resumo**

As enchentes de maio de 2024 no Rio Grande do Sul resultaram em impactos severos na infraestrutura e na saúde pública, expondo a vulnerabilidade e os desafios para recuperação econômica. Este estudo explora as estratégias implementadas pelo governo federal, com foco na alocação de recursos para recuperação pós-desastre, particularmente para as áreas de habitação e impactos econômicos. A pesquisa utilizou uma abordagem mista, combinando análise documental de relatórios oficiais e artigos científicos de especialistas. Dados econômicos e de saúde pública foram coletados para avaliar os efeitos das enchentes e a eficácia das medidas de recuperação. Os resultados indicaram a efetividade relativa de algumas das políticas, principalmente aquelas de longo e médio prazo, enquanto evidenciam a vulnerabilidade socioeconômica das populações de baixa renda, e os desafios enfrentados por setores chaves da economia na busca pela recuperação econômica.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas. Mudanças Climáticas. Planejamento de Crises.

## **Federal Government Actions in Supporting the Reconstruction of Rio Grande do Sul/Brazil: An Analysis of Public Policies**

### **Abstract**

The floods of May 2024 in Rio Grande do Sul resulted in severe impacts on infrastructure and public health, exposing vulnerabilities and challenges for economic recovery. This study explores the strategies implemented by the federal government, focusing on the allocation of resources for post-disaster recovery, particularly in the areas of housing and economic impacts. The research employed a mixed-methods approach, combining documentary analysis of official reports and scientific articles by experts. Economic and public health data were collected to assess the effects of the floods and the effectiveness of recovery

measures. The results indicated the relative effectiveness of some policies, particularly those of medium and long-term scope, while highlighting the socioeconomic vulnerability of low-income populations and the challenges faced by key economic sectors in pursuing economic recovery.

**Keywords:** Public Policies. Climate Change. Crisis Planning.

## **Acciones del Gobierno Federal en el apoyo a la reconstrucción de Rio Grande do Sul/Brasil: Un análisis de las políticas públicas**

### **Resumen**

Las inundaciones de mayo de 2024 en Rio Grande do Sul resultaron en graves impactos en la infraestructura y la salud pública, exponiendo las vulnerabilidades y los desafíos para la recuperación económica. Este estudio explora las estrategias implementadas por el gobierno federal, centrándose en la asignación de recursos para la recuperación post-desastre, particularmente en las áreas de vivienda e impactos económicos. La investigación utilizó un enfoque mixto, combinando el análisis documental de informes oficiales y artículos científicos de expertos. Se recopilaron datos económicos y de salud pública para evaluar los efectos de las inundaciones y la efectividad de las medidas de recuperación. Los resultados indicaron la efectividad relativa de algunas políticas, especialmente aquellas de mediano y largo plazo, mientras que evidencian la vulnerabilidad socioeconómica de las poblaciones de bajos ingresos y los desafíos que enfrentan los sectores clave de la economía en su búsqueda de la recuperación económica.

**Palabras clave:** Políticas Públicas. Cambio Climático. Planificación de Crisis.

### **1 Introdução**

Eventos climáticos extremos, intensificados pelas mudanças climáticas globais, tornaram-se alarmantes em frequência e intensidade, impactando diretamente a infraestrutura, as economias e as comunidades (IPCC, 2021). As enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul marcaram um dos eventos climáticos mais devastadores na história recente do estado. Essas enchentes não apenas causaram destruição física e perdas econômicas substanciais, mas também revelaram a vulnerabilidade das infraestruturas urbanas e a necessidade urgente de políticas públicas eficazes para a reconstrução e resiliência das cidades afetadas.

De acordo com o governo do Rio Grande do Sul (2024), os dados relativos às enchentes fornecidos pela Defesa Civil do estado apontaram um impacto significativo em 478 municípios, resultando em quase 390 mil pessoas desalojadas e mais de 2,4 milhões de pessoas diretamente afetadas. Quase 420 mil casas do estado foram diretamente impactadas por inundações, enxurradas e deslizamentos, afetando cerca de 7% da população. A magnitude da destruição causada pelas enchentes exige uma resposta coordenada e eficaz por parte dos governos em todas as esferas, com a implementação de políticas públicas voltadas para a reconstrução e resiliência das cidades.

Essa realidade exige que tais eventos sejam analisados como modelos para a formulação e aprimoramento de políticas públicas na prevenção, combate e assistência pós-desastre, tendo em vista que a intensidade e a frequência dos eventos

climáticos extremos têm aumentado significativamente, refletindo um padrão associado às mudanças climáticas globais.

A importância de estudar as políticas públicas de reconstrução após desastres naturais é evidente diante dos desafios enfrentados por governos em todas as esferas. Assim, a análise de políticas públicas permite identificar as melhores práticas e propor melhorias necessárias para aumentar a eficácia das intervenções governamentais (Silva; Mendes; Dourado, 2023). No contexto das enchentes de 2024, deve-se entender como diferentes esferas de governo podem atuar e cooperar para minimizar os impactos sobre as populações atingidas em desastres futuros.

A complexidade dos quadros apresentados demanda urgência de resposta imediata, ressaltando que a reconstrução pós-desastre exige uma coordenação eficaz entre os níveis municipal, estadual e federal. Nesse sentido, estudos como o de Proag e Proag (2014) apontam que a falta de coordenação e integração entre esses níveis pode resultar em esforços fragmentados e menos eficientes. Diante disso, este estudo busca analisar as ações empreendidas pelos diferentes níveis de governo, com o objetivo de identificar não apenas boas práticas, mas também áreas que necessitam de aprimoramento para garantir uma resposta mais eficiente e integrada em futuros eventos.

O presente estudo visa analisar as políticas públicas federais implementadas para a assistência e reconstrução das cidades do Rio Grande do Sul após as enchentes de 2024, avaliando sua eficácia, desafios e oportunidades para a construção de comunidades mais resilientes e sustentáveis.

Para alcançar esse objetivo, foi desenvolvida uma metodologia baseada na coleta e análise de notícias, utilizando técnicas avançadas de mineração de texto e clusterização. Este método permite agrupar as notícias em tópicos temáticos, facilitando a identificação das áreas prioritárias e das estratégias de comunicação adotadas pelo governo.

Diante da complexidade e da urgência da situação, este estudo contribui para a compreensão das dinâmicas de políticas governamentais em contextos de crise e reconstrução pós-desastre. Espera-se fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas mais eficazes e transparentes, que possam fortalecer a resiliência das comunidades afetadas e promover uma recuperação sustentável e inclusiva.

A literatura destaca a relevância das ações governamentais em situações de crise, conforme evidenciado por autores como Mileti e Sorensen (1990), que discutem a importância das ações efetivas em desastres naturais, e por Reynolds e Seeger (2005), que abordam as melhores práticas em comunicação de risco. Esses estudos fornecem uma base teórica para a análise das estratégias adotadas pelos governos estadual e federal no Rio Grande do Sul, oferecendo um contexto mais amplo para a avaliação das ações de reconstrução.

## **2 Metodologia**

O presente trabalho utiliza um levantamento de comunicados oficiais veiculados em portais federais e estaduais, com o intuito de analisar a reconstrução do estado do Rio Grande do Sul após as inundações ocorridas em 2024.

A seguir, delineiam-se os procedimentos metodológicos adotados, os quais foram cuidadosamente estruturados para assegurar a confiabilidade dos resultados obtidos.

Inicialmente, procedeu-se a um levantamento sistemático nos portais oficiais de órgãos governamentais federais, tais como o Ministério do Desenvolvimento Regional, o Ministério da Infraestrutura e o Ministério da Cidadania. Os comunicados foram coletados no intervalo temporal compreendido entre abril de 2024, imediatamente após as enchentes, e julho de 2024, assegurando a contemporaneidade e a relevância das informações obtidas. Para a identificação dos comunicados pertinentes, foram utilizadas palavras-chave relacionadas à reconstrução, inundações, políticas públicas e Rio Grande do Sul.

Posteriormente, os comunicados selecionados foram submetidos a um processo de análise e agrupamento, empregando-se o algoritmo k-means, conforme as diretrizes de Han; Kamber; Pei (2011) e Aggarwal (2015). A técnica de agrupamento, conforme discutido por Wang et al. (2016), é utilizada para agrupar elementos com características semelhantes, facilitando a análise comparativa. Nesse contexto, as ações foram agrupadas com base em suas similaridades em cada uma das quatro dimensões de análise. O processo de agrupamento iniciou-se com a identificação de variáveis-chave para cada dimensão e, em seguida, as ações foram agrupadas com base nessas variáveis.

1. **Impacto Econômico:** foi adotada uma escala que considera a magnitude esperada das ações sobre a economia local e regional. Este critério foi desenvolvido a partir de uma análise qualitativa e quantitativa das potenciais repercussões econômicas de cada medida, conforme os métodos descritos por Kim et al. (2018).
2. **Tipo de Aporte Financeiro:** a classificação do tipo de aporte financeiro envolveu a identificação das fontes e formas de financiamento, tais como crédito, subsídios ou renúncia fiscal. Esta dimensão é fundamental para compreender a natureza dos recursos utilizados e foi sistematizada com base em tipologias estabelecidas por Liu et al. (2017), que discutem a alocação de recursos em contextos de crise.
3. **Complexidade de Implementação:** foi medida considerando a infraestrutura necessária, o grau de coordenação interinstitucional e a complexidade administrativa. Esta dimensão seguiu os princípios delineados por Zhou et al. (2019), que exploram a operacionalização de políticas públicas em ambientes complexos e a necessidade de eficiência administrativa.
4. **Efeito Temporal das Ações:** foi avaliado em termos de impacto a curto, médio e longo prazo. Este aspecto da análise foi orientado pelos trabalhos de Garcia et al. (2020), que enfatizam a importância de considerar os diferentes horizontes temporais na avaliação de políticas de recuperação pós-desastres.

Para a análise de dados, realizou-se a identificação de padrões e a avaliação de como diferentes tipos de políticas públicas se agrupam de acordo com as características analisadas. Essa abordagem metodológica é fundamental para a avaliação de políticas públicas em contextos de emergência, pois oferece uma visão

estruturada que facilita a tomada de decisões baseadas em evidências, conforme argumentado por Chen et al. (2021).

A escolha desta metodologia justifica-se pela necessidade de compreender como as ações de reconstrução estão sendo comunicadas e implementadas pelo governo. A análise das notícias permite identificar as prioridades e estratégias adotadas, bem como os desafios percebidos. Apesar das limitações, esta abordagem permite uma análise preliminar das políticas públicas em curso e pode servir de base para estudos futuros mais abrangentes. Esta metodologia encontra respaldo em uma estrutura consistente de literatura que valida o uso de técnicas de mineração de texto e análise de clusterização para a interpretação de grandes volumes de dados textuais (Han; Kamber; Pei, 2011; Aggarwal, 2015; Jurafsky; Martin, 2021).

A metodologia aplicada nesta análise, embora relevante, possui algumas limitações intrínsecas ao estágio inicial de implementação das ações de reconstrução, o que impossibilita uma avaliação abrangente de sua eficácia e resultados tangíveis. Neste processo, a análise baseou-se principalmente em notícias de fontes governamentais, o que pode introduzir um viés positivo nos resultados. Diante dessas limitações, torna-se essencial estabelecer um monitoramento contínuo e rigoroso das políticas públicas para ajustes e aperfeiçoamentos constantes. Espera-se que a análise crítica das experiências vivenciadas subsidie a formulação de políticas públicas mais consistentes e eficazes no futuro.

### **3 Referencial Teórico**

#### **3.1 Do plano de ação para tragédias**

Em um mundo cada vez mais suscetível a eventos climáticos extremos e outras catástrofes, a capacidade de resposta eficaz a desastres torna-se fundamental para governos e entidades públicas. Nestes cenários, a adoção de políticas potencializadas para gestão de risco e contingência, com foco na prevenção, mitigação e resposta a eventos adversos, é um compromisso essencial para proteger vidas, preservar o bem-estar social, e garantir a capacidade de recuperação das comunidades.

Diversos estudos ressaltam a necessidade de implementação de medidas antes do desastre, evidenciando utilizar ferramentas de previsão para identificar possíveis eventos catastróficos e monitorar continuamente as condições de risco (Proag & Proag, 2014). Segundo Alexander (2002), deve-se estabelecer sistemas eficazes de alerta precoce para informar a população e as autoridades sobre possíveis ameaças, permitindo uma resposta rápida e coordenada. Além disso, outros aspectos serão essenciais, dentre eles destaca-se: implementar medidas de mitigação para reduzir a vulnerabilidade das infraestruturas e populações em risco, como o reforço de construções, a criação de zonas de refúgio e a educação da população sobre como reagir em situações de emergência (Dauphiné, 2001).

Durante o evento, a gestão da crise deve ser eficiente, mantendo canais de comunicação claros e confiáveis para disseminar informações precisas e atualizadas, incluindo a coordenação com a mídia para evitar rumores e garantir que a população receba orientações corretas (Covello, 1992). A otimização do tempo de resposta,



envolvendo a mobilização rápida de equipes de emergência e a utilização de rotas de evacuação pré-planejadas, pode minimizar os impactos do desastre (UNESCO, 2006).

Após o desastre, para a avaliação e a reconstrução deve-se conduzir avaliações detalhadas dos danos causados pelo desastre para entender sua extensão e identificar áreas prioritárias para intervenção, considerando aspectos físicos, econômicos e sociais (Wright, 2013).

A gestão eficaz de desastres requer uma abordagem integrada e multidisciplinar, que combine a previsão científica, a gestão de riscos e a mobilização de recursos comunitários e governamentais. Seguindo um processo estruturado de gestão de riscos, os entes públicos podem não apenas mitigar os impactos imediatos dos desastres, mas também fortalecer a resiliência das comunidades para enfrentar futuros eventos adversos (Proag & Proag, 2014).

### 3.2 Das ações governamentais

Os municípios, sendo a linha de frente na gestão de desastres, desempenham uma função crucial na resposta imediata e na recuperação inicial. Relatórios recentes, como o de Silva et al. (2024), destacam que muitos municípios do Rio Grande do Sul implementaram planos de emergência e mobilizaram recursos locais para lidar com as enchentes. No entanto, a variabilidade na capacidade de resposta entre os diferentes municípios, considerando a quantidade de cidades afetadas, evidencia a necessidade de políticas estaduais e federais que possam fornecer suporte adequado e uniforme.

A esfera estadual, por sua vez, tem a responsabilidade de coordenar ações entre os municípios e garantir a alocação eficiente dos recursos. O governo do Rio Grande do Sul desenvolveu várias iniciativas para apoiar os municípios afetados, como descrito no relatório de Machado et al. (2024). Essas iniciativas incluem desde a disponibilização de recursos financeiros até o fornecimento de suporte técnico para a reconstrução das infraestruturas danificadas. A eficácia dessas medidas, entretanto, varia conforme a capacidade de implementação e a colaboração entre os municípios e o estado.

No nível federal, políticas públicas abrangentes são essenciais para fornecer um arcabouço de suporte que transcenda as capacidades locais e estaduais. A União, por meio de suas diversas agências, desempenha um papel fundamental na mobilização de recursos e na definição de diretrizes nacionais para a gestão de desastres. Estudos como o de Souza e Almeida (2022) mostram que a intervenção federal pode ser decisiva para garantir uma resposta coordenada e eficaz em situações de grande magnitude, como as enchentes de 2024.

Além da resposta imediata, a reconstrução de longo prazo exige uma abordagem sustentável e resiliente. Segundo Abreu et al. (2019), a incorporação de princípios de sustentabilidade nas políticas de reconstrução é vital para reduzir a vulnerabilidade futura das comunidades afetadas. Este estudo examina como os governos em diferentes níveis têm integrado esses princípios em suas políticas e práticas de reconstrução, avaliando a eficácia dessas abordagens.

As políticas públicas também devem considerar o financiamento adequado e eficiente para a reconstrução. Gomes et al. (2020) destacam que a alocação de recursos financeiros é um dos maiores desafios na gestão pós-desastres, e a

transparência na distribuição desses recursos é imprescindível para evitar fraudes e garantir que o apoio chegue às comunidades mais necessitadas.

A resiliência urbana, que envolve a capacidade das cidades de se recuperar e se adaptar a futuros eventos climáticos, é um aspecto central das políticas de reconstrução. Estudos de caso internacionais, como o de Zhang et al. (2017) sobre a recuperação após o terremoto de Wenchuan na China, apresentam aprendizados relevantes sobre estratégias eficazes de reconstrução resiliente. A aplicação desses aprendizados no contexto das enchentes de 2024 será explorada para identificar práticas que podem ser adaptadas às realidades locais.

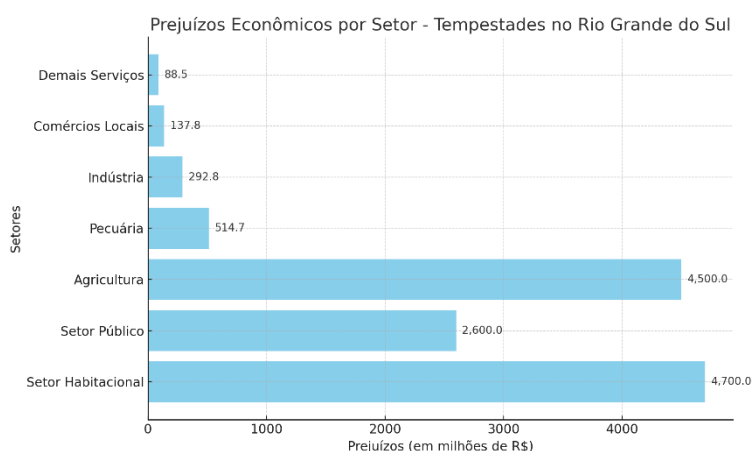
Finalmente, a integração de comunidades locais no processo de reconstrução é fundamental para garantir que as políticas públicas atendam às necessidades reais das populações afetadas. Segundo Freitas e Lima (2023), a participação comunitária fortalece a resiliência social e promove um senso de propriedade sobre as iniciativas de reconstrução. Este estudo avaliará como a participação comunitária foi incorporada nas políticas públicas após as enchentes de 2024 e suas implicações para a eficácia dessas políticas.

### 3.3 Do prejuízo financeiro causado pelas enchentes

Segundo o Boletim de Desastres do Rio Grande do Sul da Confederação Nacional de Municípios (CNM, 2024), o Estado sofreu prejuízo direto estimado em R\$ 12,8 bilhões decorrentes das chuvas intensas que afetaram o Estado desde 24 de abril. Dentre os 478 municípios atingidos, 418 tiveram a situação de anormalidade reconhecida pelo governo estadual, sendo 323 em situação de emergência e 95 em estado de calamidade pública, com 462 registros no Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2iD).

A reestruturação das instituições públicas ainda está em curso, impactando o levantamento total dos prejuízos. Até o final de julho de 2024, apenas 176 municípios haviam detalhado os danos e prejuízos. Os dados consolidados desses municípios estão sintetizados na figura abaixo.

Figura 01 –Prejuízos Econômicos por Setor – Tempestades no Rio Grande do Sul



Fonte: Dados da CNM (2024).

O setor habitacional foi o mais afetado, com danos avaliados em R\$ 4,7 bilhões, resultando em 112,3 mil unidades habitacionais danificadas ou destruídas. As perdas no setor público somam R\$ 2,6 bilhões, incluindo danos materiais nas instalações públicas (R\$ 433,2 milhões), obras de infraestrutura (R\$ 1,8 bilhão), sistemas de transportes (R\$ 152,8 milhões), entre outros. No setor privado, os prejuízos totalizam R\$ 5,5 bilhões, com destaque para a agricultura, que sofreu perdas de R\$ 4,5 bilhões, e a pecuária, com prejuízos de R\$ 514,7 milhões.

A recuperação do estado do Rio Grande do Sul após os eventos climáticos extremos enfrenta desafios significativos, exacerbados pela magnitude dos danos e pela complexidade das operações de recuperação. As dificuldades são agravadas pela necessidade de restabelecer infraestrutura crítica e serviços essenciais, que são vitais para a retomada econômica e social.

Em primeiro lugar, a recuperação econômica exige um investimento massivo em infraestrutura, o que sobrecarrega os recursos financeiros e administrativos do Estado. Alexander (2002) aponta que a reconstrução pós-desastre é um processo de longo prazo que requer coordenação eficaz entre as esferas de governo, além de parcerias com o setor privado. A reabilitação de estruturas como pontes, estradas e sistemas de drenagem urbana não só demanda tempo, mas também um planejamento estratégico para garantir a resiliência contra futuros eventos climáticos.

Além disso, a interrupção prolongada nas atividades econômicas, especialmente na agricultura e pecuária, impacta diretamente o Produto Interno Bruto (PIB) estadual e a geração de emprego e renda. Skidmore e Toya (2002) argumentam que desastres naturais podem ter efeitos adversos prolongados na economia local, dependendo da capacidade de resposta e da infraestrutura de suporte pré-existente. A recuperação econômica, portanto, não se limita à restauração física, mas também envolve o apoio financeiro e técnico aos produtores e comerciantes para restabelecer suas atividades.

Por fim, a necessidade de recursos financeiros substanciais para a recuperação, em um contexto de já limitada capacidade fiscal do Estado, impõe uma pressão adicional. A mobilização eficiente de recursos e a implementação de políticas públicas são fundamentais para mitigar os impactos socioeconômicos e sociais de desastres, como destaca Stiglitz (2010). Além disso, a administração rigorosa dos fundos, provenientes de recursos próprios ou de ajuda externa, é essencial para garantir a recuperação sustentada e a resiliência da economia local.

Dessa forma, a recuperação no Rio Grande do Sul enfrenta múltiplos desafios que vão além da reconstrução física, incluindo a revitalização econômica e a melhoria da resiliência às mudanças climáticas. Os impactos econômicos, sociais e infraestruturais podem se agravar se as medidas de resposta e recuperação não forem implementadas de maneira eficaz e coordenada.

#### **4 Análise das ações e políticas públicas federais no Rio Grande do Sul**

Em resposta às enchentes ocorridas no Rio Grande do Sul, o Governo Federal (Brasil, 2024) implementou uma série de medidas emergenciais e de apoio às vítimas. Tais medidas englobaram uma variedade de ações destinadas tanto ao auxílio direto às pessoas afetadas quanto ao apoio aos governos estaduais e municipais na



reconstrução das áreas devastadas. As ações selecionadas para análise neste estudo foram aquelas que se destacam por sua relevância e abrangência, caracterizando-se como macropolíticas de intervenção.

A análise dessas políticas foi fundamentada em estudos precedentes sobre a alocação de recursos para a reconstrução pós-desastre e os impactos econômicos e sociais decorrentes, como discutido por autores como Zhang et al. (2015) e Smith et al. (2021). Zhang et al. (2015) exploram a eficácia das políticas de recuperação em desastres naturais na China, destacando a importância de uma abordagem integrada e sustentável para a reconstrução. Da mesma forma, Smith et al. (2021) analisam o papel das políticas públicas na mitigação dos impactos econômicos em áreas afetadas por desastres naturais, enfatizando a necessidade de políticas que não apenas lidem com a emergência imediata, mas que também contribuam para a resiliência de longo prazo das comunidades.

Essa perspectiva busca compreender o papel das ações governamentais como resposta às enchentes no Rio Grande do Sul, que devem não apenas mitigar os efeitos imediatos das inundações, mas também fortalecer a capacidade de recuperação das comunidades, promovendo uma reconstrução que considere aspectos econômicos, sociais e ambientais.

Essa abordagem integrada deve garantir que as políticas de recuperação não se limitem a soluções paliativas, mas avancem para a construção de um ambiente mais resiliente e preparado para futuros eventos adversos. Com base nos fundamentos teóricos e evidências empíricas disponíveis, buscou-se analisar a eficácia das ações governamentais implementadas, bem como propor melhorias e recomendações para futuras intervenções em situações de desastre.

A Tabela 01 abaixo sintetiza as principais ações empreendidas pelo Governo Federal em resposta às enchentes que afetaram o Rio Grande do Sul em 2024. Os dados foram extraídos de uma publicação oficial divulgada no site do governo e incluem uma série de medidas de apoio emergencial e estrutural.

Tabela 01: Síntese das ações empreendidas pelo Governo Federal em resposta às enchentes que afetaram o Rio Grande do Sul em 2024

<b>Categoria</b>	<b>Descrição da Ação</b>
CRÉDITO PRONAF e PRONAMP	Aporte de R\$ 4 bilhões para o crédito com juros subsidiados ao pequeno e médio produtos e agricultura agrícola.
TRANSAÇÃO SOS-RS	Que visa a regularização de débitos inscritos em dívida ativa da União ou do FGTS par a pessoas físicas e empresas, com descontos de até 70% sobre o total da dívida.
ARROLAMENTO DE DÍVIDA	Suspensão do pagamento de financiamentos por 12 meses a bancos públicos: BNDES, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Finep.
CRÉDITO PRONAMPE	Aporte de 4,5 bilhões ao Fundo Garantidor de Operações para concessão de até 30 bilhões em crédito subsidiado para micro e pequenas empresas.
CRÉDITO NO FGI-PEAC	Para MEIs, pequenas e médias empresas no total de R\$ 5 bilhões de reais.
PRORROGAÇÃO TRIBUTOS	Prorrogação de 3 meses dos prazos de recolhimento de tributos federais e simples nacional para 203 mil empresas.
CRÉDITO À INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	Concessão de crédito extraordinário para o Rio Grande do Sul de R\$ 1,28 bilhão para Recursos asseguram reconstrução de órgãos públicos.
ABONO SALARIAL	Antecipação do cronograma de abono salarial para 705 mil trabalhadores do Rio Grande do Sul, gerando um impacto de R\$ 758 milhões.
SEGURO DESEMPREGO	Liberção de duas parcelas adicionais a desempregados que já estavam recebendo o benefício antes da declaração de calamidade para 140 mil desempregados com impacto de 495 milhões de reais.

RESTITUIÇÃO IMPOSTO DE RENDA	Prioridade no pagamento da restituição do imposto de renda para 1,6 milhões de contribuintes, com impacto de R\$ 1 Bilhão de Reais.
PROGRAMAS SOCIAIS	Pagamento antecipado no primeiro dia do cronograma do Bolsa Família e Auxílio Gás, beneficiando 583 mil famílias com impacto de 380 milhões
SAQUE CALAMIDADE DO FGTS	Liberação saque do FGTS a cerca de 228,5 mil trabalhadores, no valor de R\$ 6.220,00 em 368 municípios com impacto estimado de R\$ 715 milhões.
AÇÕES EMERGENCIAIS SAÚDE	Fortalecimento de ações emergenciais de saúde (montagem de 12 hospitais de campanha e envio de 135 kits emergenciais. Cada kit é suficiente para até 1.500 pessoas por 30 dias.) – R\$ 282 milhões.
ARROLAMENTO DÍVIDA MORADIA	Suspensão do pagamento de financiamentos do programa Minha Casa, Minha Vida por até seis meses para 17,4 mil famílias.
AUXÍLIO RECONSTRUÇÃO	Governo anuncia PIX de R\$ 5,1 mil por família que perdeu bens nas chuvas do RS, concedido a creca de 200 mil famílias com valor total aproximado de R\$ 1,2 bilhão.
ARROLAMENTO DE DÍVIDA	Postergação do pagamento da dívida o estado com a União por três anos – R\$ 11 bilhões.
PROJETOS DE RECONSTRUÇÃO	Aporte de R\$ 200 milhões pra fundos de estruturação para empréstimos a municípios e ao Estado do Rio Grande do Sul para projetos de reconstrução.
SUSPENSÃO DE JUROS	Governo estadual Abatimento da suspensão de juros por três anos - R\$ 12 bilhões.
ANÁLISE DE CRÉDITO	Aceleração de análise de créditos com aval da União para 14 municípios atingidos, valor total estimado de R\$ 1,8 bilhão.
RECONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA	Liberação de pagamento de 1,3 bilhões em emendas ao estado, que atenderão a 497 municípios.
AUXÍLIO FINANCEIRO	Parcela extra do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) – R\$ 190 milhões, destinados a 47 municípios.
AÇÕES DE SOCORRO	Ações da Defesa Civil, aprovados para 207 municípios, no valor estimado de \$ 310 milhões.
AÇÕES DE SOCORRO	Valores destinados ao acolhimento de 120 mil pessoas em 88 municípios, no valor estimado de R\$ 22 milhões.

Fonte: Adaptado de dados do Governo Federal (Brasil, 2024).

A seleção dessas ações foi baseada na sua relevância e impacto potencial, abrangendo desde a assistência financeira direta à população até iniciativas de recuperação de infraestruturas essenciais. Essas ações foram organizadas e analisadas conforme sua importância estratégica para a mitigação dos impactos socioeconômicos do desastre, fornecendo uma visão abrangente das respostas governamentais em situações de crise.

A análise dos dados busca compreender a eficácia dessas intervenções e sua adequação às necessidades imediatas e futuras da população afetada, considerando a literatura existente sobre políticas públicas em gestão de desastres e recuperação pós-catástrofe.

#### 4.1 Análise qualitativa das ações

A tabela apresentada foi elaborada com o objetivo de sistematizar e classificar as ações adotadas pelo Governo Federal em resposta às enchentes que afetaram o Estado do Rio Grande do Sul. Com o emprego de uma metodologia de análise detalhada, as medidas foram organizadas em diversas categorias, as quais demonstram a diversidade de intervenções necessárias para mitigar os impactos do desastre. As ações foram agrupadas com base em cinco critérios principais: tipo de auxílio, categoria específica, impacto econômico, tipo de aporte financeiro, complexidade de implementação e efeito temporal das ações.

Cada ação foi categorizada de acordo com o tipo de auxílio oferecido, abrangendo desde apoio à agricultura e empresas até medidas específicas para

órgãos públicos e apoio direto às pessoas. A análise do impacto econômico considerou a potencial repercussão financeira dessas ações, classificando-as em baixo, médio ou alto impacto. O tipo de aporte financeiro foi identificado, destacando se a medida envolvia fornecimento de crédito, renúncia fiscal, antecipação de recebíveis, destinação de recursos financeiros ou alocação de pessoal e equipamentos.

Além disso, a complexidade de implementação de cada ação foi avaliada, considerando os desafios administrativos e logísticos envolvidos na execução das medidas. As ações foram classificadas em baixa, média ou alta complexidade. Por fim, o efeito temporal das ações foi analisado para entender a duração esperada dos benefícios ou intervenções, categorizando-as em curto, médio, longo prazo ou efeito imediato.

A tabela 02 apresenta uma sistematização abrangente das ações, facilitando a análise de sua eficácia e permite a identificação de áreas prioritárias para intervenções futuras, garantindo uma abordagem integrada e estratégica na gestão de desastres.

Tabela 02: Avaliações qualitativa e sistematização das ações empreendidas pelo Governo Federal.

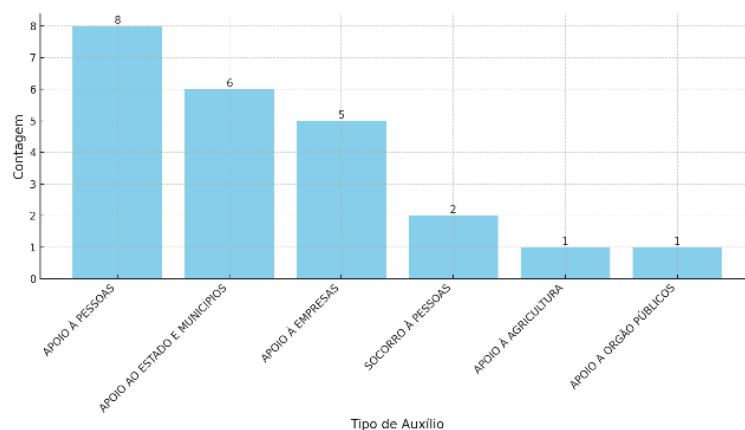
Nº	Tipo de Auxílio	Categoria	Impacto Econômico	Tipo de Aporte Financeiro	Complexidade de Implementação	Efeito das Ações
1	APOIO À AGRICULTURA	CRÉDITO PRONAF e PRONAMP	Médio	FORNECIMENTO DE CRÉDITO	Alta	Longo Prazo
2	APOIO À EMPRESAS	TRANSAÇÃO SOS-RS	Baixo	RENÚNCIA FISCAL	Média	Longo Prazo
3	APOIO À EMPRESAS	ARROLAMENTO DE DÍVIDA	Baixo	RENÚNCIA FISCAL	Baixa	Médio Prazo
4	APOIO À EMPRESAS	CRÉDITO PRONAMPE	Baixo	FORNECIMENTO DE CRÉDITO	Alta	Longo Prazo
5	APOIO À EMPRESAS	CRÉDITO NO FGI-PEAC	Baixo	FORNECIMENTO DE CRÉDITO	Alta	Longo Prazo
6	APOIO À EMPRESAS	PRORROGAÇÃO TRIBUTOS	Baixo	RENÚNCIA FISCAL	Baixa	Curto Prazo
7	APOIO A ORGÃO PÚBLICOS	CRÉDITO À INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	Baixo	FORNECIMENTO DE CRÉDITO	Baixa	Longo Prazo
8	APOIO À PESSOAS	ABONO SALARIAL	Baixo	ANTECIPAÇÃO DE RECEBÍVEIS	Baixa	Curto Prazo
9	APOIO À PESSOAS	SEGURO DESEMPREGO	Alto	DESTINAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS	Baixa	Curto Prazo
10	APOIO À PESSOAS	RESTITUIÇÃO IMPOSTO DE RENDA	Alto	ANTECIPAÇÃO DE RECEBÍVEIS	Baixa	Curto Prazo
11	APOIO À PESSOAS	PROGRAMAS SOCIAIS	Alto	ANTECIPAÇÃO DE RECEBÍVEIS	Baixa	Curto Prazo
12	APOIO À PESSOAS	SAQUE CALAMIDADE DO FGTS	Alto	ANTECIPAÇÃO DE RECEBÍVEIS	Média	Curto Prazo
13	APOIO À PESSOAS	AÇÕES EMERGENCIAIS	Alto	DESTINAÇÃO DE PESSOAL E EQUIPAMENTOS	Alta	Imediato
14	APOIO À PESSOAS	ARROLAMENTO DÍVIDA MORADIA	Médio	FORNECIMENTO DE CRÉDITO	Média	Longo Prazo
15	APOIO À PESSOAS	AUXÍLIO RECONSTRUÇÃO	Baixo	DESTINAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS	Alta	Curto Prazo
16	APOIO AO ESTADO E MUNICÍPIOS	ARROLAMENTO DE DÍVIDA	Baixo	RENÚNCIA FISCAL	Média	Longo Prazo
17	APOIO AO ESTADO E MUNICÍPIOS	PROJETOS DE RECONSTRUÇÃO	Alto	DESTINAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS	Alta	Longo Prazo

18	APOIO AO ESTADO E MUNICÍPIOS	SUSPENSÃO DE JUROS	Baixo	RENÚNCIA FISCAL	Média	Longo Prazo
19	APOIO AO ESTADO E MUNICÍPIOS	ANÁLISE DE CRÉDITO	Baixo	FORNECIMENTO DE CRÉDITO	Média	Curto Prazo
20	APOIO AO ESTADO E MUNICÍPIOS	RECONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA	Baixo	DESTINAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS	Média	Médio Prazo
21	APOIO AO ESTADO E MUNICÍPIOS	AUXÍLIO FINANCEIRO	Alto	DESTINAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS	Média	Longo Prazo
22	SOCORRO À PESSOAS	AÇÕES DE SOCORRO	Alto	DESTINAÇÃO DE PESSOAL E EQUIPAMENTOS	Alta	Imediato
23	SOCORRO À PESSOAS	AÇÕES DE SOCORRO	Alto	DESTINAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS	Alta	Imediato

Fonte: Adaptado de dados do Governo Federal (Brasil, 2024).

A tabela fornece uma análise detalhada dos principais resultados em quatro dimensões críticas: Impacto Econômico, Tipo de Aporte Financeiro, Complexidade de Implementação e Efeito das Ações, conforme Figura 02 abaixo.

Figura 02 –Gráfico síntese tipos de auxílio foco das ações do Governo Federal.



Fonte: Adaptado de dados do Governo Federal (Brasil, 2024).

Assim conforme a figura 01 podemos verificar uma priorização dos tipos de assistência fornecidos, com uma ênfase significativa no apoio direto às pessoas. As informações detalhadas sobre cada tipo de auxílio serão discutidas abaixo, fornecendo uma análise sobre a alocação dos recursos e as razões por trás das diferentes quantidades de apoio prestado.

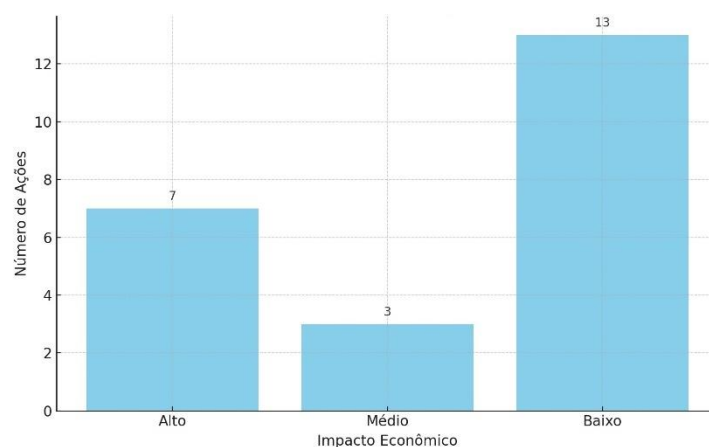
As políticas de apoio às pessoas e apoio ao Estado e aos municípios são fundamentais em situações de desastre, pois atendem a necessidades imediatas e fortalecem a capacidade de resposta institucional. O apoio direto às pessoas assegura a provisão rápida de recursos essenciais, como alimentos, abrigo e assistência médica, aliviando o sofrimento e promovendo a recuperação individual. Simultaneamente, o suporte aos governos locais e estaduais melhora a gestão de crises, permitindo a reconstrução de infraestrutura, restauração de serviços públicos e fortalecimento da resiliência institucional.

#### 4.1.1 Impacto Econômico

O Governo Federal implementou uma série de em resposta às enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul. Para avaliar o impacto econômico dessas medidas, considerou-se a capacidade de cada uma em influenciar a economia local e regional. As ações foram classificadas em três níveis: alto, médio e baixo impacto econômico.

As ações foram classificadas de acordo com o impacto econômico esperado, que variou de baixo a alto. Medidas com impacto econômico alto, como programas de seguro-desemprego e restituição de imposto de renda, foram projetadas para fornecer alívio financeiro significativo e imediato às famílias afetadas, ajudando a estabilizar o consumo e a economia local. Em contrapartida, ações de impacto econômico baixo, como a prorrogação de tributos e o arrolamento de dívida, foram vistas como intervenções menores, com efeitos mais limitados em termos de alcance econômico geral conforme demonstrado na Figura 03 abaixo.

Figura 03 – Gráfico síntese dos impactos econômicos das ações do Governo Federal.



Fonte: Adaptado de dados do Governo Federal (Brasil, 2024).

As ações com impacto econômico alto foram aquelas que tiveram potencial para provocar mudanças significativas na renda e no bem-estar econômico das pessoas e das comunidades afetadas. Por exemplo, o seguro-desemprego e a restituição antecipada do Imposto de Renda foram fundamentais para injetar liquidez na economia local, oferecendo suporte financeiro direto aos indivíduos, o que ajudou a manter o consumo e reduzir a vulnerabilidade financeira das famílias. Essas medidas também contribuíram para a estabilização do mercado de trabalho e evitaram uma deterioração mais acentuada das condições socioeconômicas na região. Além disso, programas sociais, como a antecipação de benefícios, atuaram como redes de proteção, oferecendo recursos essenciais para o sustento básico de populações vulneráveis.

Medidas classificadas com impacto econômico médio incluíram ações como o crédito agrícola via PRONAF e PRONAMP, que tiveram um efeito importante, porém mais localizado, especialmente na manutenção da produção agrícola e no suporte a pequenos produtores rurais. Esses créditos ajudaram a garantir a continuidade das atividades agrícolas, evitando uma crise de abastecimento e promovendo a recuperação gradual da produção. O arrolamento de dívida para moradia também foi



uma medida significativa, oferecendo alívio para famílias em dificuldades financeiras, mas com efeitos mais específicos e menos abrangentes quando comparados às ações de alto impacto.

Em relação às ações de impacto econômico baixo, foram caracterizadas por seu efeito limitado em termos de amplitude e profundidade. Estas incluem medidas como a prorrogação de tributos, a renúncia fiscal em algumas áreas e ações de arrolamento de dívidas empresariais. Embora essas medidas proporcionem algum alívio fiscal e financeiro, seu alcance é restrito, afetando um segmento específico da população ou das empresas, sem gerar uma grande injeção de recursos ou alteração significativa na demanda agregada. As ações de crédito destinadas às empresas, como o PRONAMPE e o crédito no FGI-PEAC, também caem nessa categoria quando comparadas às ações de maior impacto, por se dirigirem a um grupo específico de beneficiários e dependerem da capacidade de absorção desses setores.

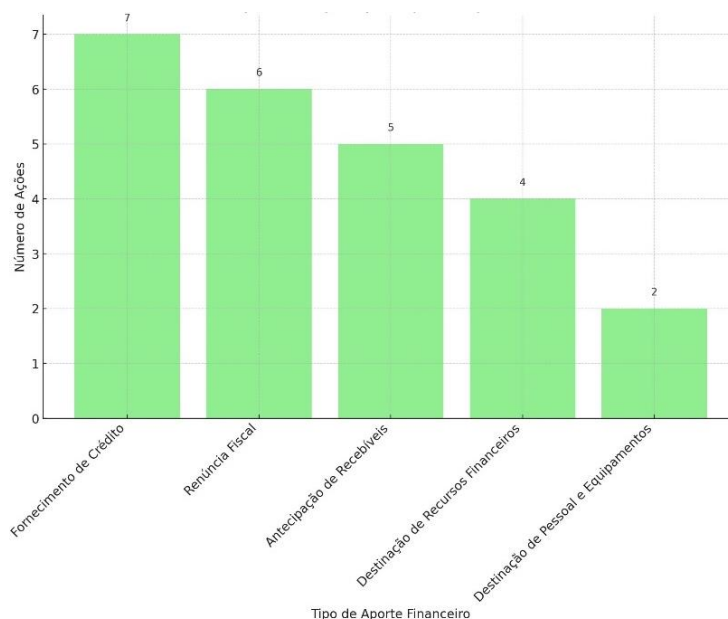
O impacto econômico das ações foi amplamente influenciado pelo nível de intervenção financeira e pela amplitude das medidas. Ações com alto impacto econômico tendem a envolver transferências diretas de recursos financeiros ou benefícios significativos para uma grande parte da população, gerando efeitos multiplicadores consideráveis na economia. Em contrapartida, ações com impacto médio ou baixo são geralmente mais específicas e menos expansivas, focando em setores ou grupos determinados, com uma contribuição mais modesta para a economia geral.

Essas classificações permitem uma compreensão da eficácia das intervenções governamentais em termos de estabilização e recuperação econômica pós-desastre, propiciando novas lições que poderão contribuir para o planejamento de futuras políticas de mitigação e resposta a crises.

#### **4.1.2 Tipo de Aporte Financeiro**

A forma com que se realiza o aporte financeiro é um dos critérios fundamentais para a análise das políticas públicas implementadas em resposta às enchentes no Rio Grande do Sul. Ele se refere às diferentes formas de financiamento e apoio financeiro fornecidos pelo Governo Federal para mitigar os impactos do desastre. A classificação das ações segundo este critério abrange várias modalidades, cada uma com características e implicações específicas para os beneficiários e para a administração pública.

Figura 04 – Gráfico síntese dos tipos de aporte financeiros das ações do Governo Federal.



Fonte: Adaptado de dados do Governo Federal (Brasil, 2024).

A estratégia de fornecimento de crédito foi a mais utilizada, com destaque para programas como o PRONAF e PRONAMP, que ofereceram R\$ 4 bilhões em crédito para agricultores, e o PRONAMPE, que disponibilizou R\$ 4,5 bilhões para pequenas e médias empresas. Além disso, o crédito pelo FGI-PEAC foi destinado a microempreendedores individuais e pequenas empresas. Essas iniciativas objetivaram manter a liquidez e sustentar as atividades econômicas em setores cruciais. No entanto, a real eficácia desses créditos depende da capacidade de absorção dos recursos pelos beneficiários, especialmente em um cenário onde a infraestrutura pode estar comprometida, limitando a execução de projetos de recuperação.

As ações de renúncia fiscal implementadas pelo Governo Federal, como a transação SOS-RS e o arrolamento de dívidas, foram fundamentais para proporcionar alívio financeiro imediato a empresas e indivíduos afetados pelas enchentes. A suspensão temporária de obrigações fiscais, como a prorrogação de tributos e a suspensão de juros, permitiu que os recursos originalmente destinados a essas obrigações fossem redirecionados para a recuperação de ativos danificados e para o reestabelecimento de operações essenciais. Essas políticas foram particularmente úteis para empresas que enfrentaram dificuldades de liquidez, possibilitando a continuidade de suas atividades em um momento de extrema necessidade.

Contudo, essas medidas de renúncia fiscal também apresentaram desafios significativos tendo risco inerente de que essas medidas beneficiem de maneira desproporcional empresas mais capitalizadas, que podem ter uma capacidade maior de aproveitar os benefícios fiscais, em detrimento de pequenas empresas que, mesmo com a renúncia, ainda enfrentam dificuldades significativas.

As ações de antecipação de recebíveis implementadas pelo Governo Federal, incluindo a restituição antecipada do Imposto de Renda, dos Programas Sociais, e o saque calamidade do FGTS, foram estratégias para fornecer liquidez imediata às famílias afetadas pelas enchentes. A restituição do imposto de renda, por exemplo, permitiu que muitos contribuintes recebessem rapidamente reembolsos financeiros,

proporcionando um alívio necessário em tempos de crise. Da mesma forma, a antecipação de benefícios de programas sociais garantiu que as famílias mais vulneráveis pudessem acessar os recursos financeiros para suprir necessidades básicas, como alimentação e moradia. O saque calamidade do FGTS, que autorizou trabalhadores a retirarem uma parte de seus fundos, foi uma medida essencial para fornecer suporte financeiro adicional, ajudando a cobrir despesas emergenciais e reparações necessárias devido aos danos causados pelas enchentes.

Embora forneçam alívio imediato, elas representam uma redistribuição temporal dos recursos, sem aumento líquido de renda, o que pode resultar em dificuldades financeiras futuras para aqueles que já vivem em situação de vulnerabilidade. Por exemplo, a antecipação da restituição do imposto de renda e dos benefícios de programas sociais pode exaurir os recursos que as famílias teriam disponível mais adiante, levando a uma falta de apoio financeiro no futuro. Outro desafio é a equidade na distribuição desses recursos, já que indivíduos fora do sistema formal ou sem acesso aos benefícios podem ser excluídos dessas medidas de assistência, exacerbando as desigualdades existentes. Assim, enquanto as ações de antecipação de recebíveis foram eficazes na resposta imediata à crise, é importante considerar estratégias de acompanhamento que garantam a sustentabilidade financeira das famílias no longo prazo e abordem as questões de equidade no acesso aos recursos.

As ações de destinação de recursos financeiros, como os programas sociais, projetos de reconstrução, e o auxílio financeiro direto, foram elementos fundamentais na resposta do Governo Federal às enchentes no Rio Grande do Sul. Essas iniciativas, classificadas na tabela como de alto impacto econômico, tiveram como objetivo fornecer suporte imediato e de longo prazo para a recuperação das áreas afetadas. A destinação direta de fundos para programas sociais ajudou a manter um nível básico de subsistência para as populações mais vulneráveis, garantindo o acesso a alimentos, medicamentos e outras necessidades essenciais. Os projetos de reconstrução, por outro lado, são essenciais para restaurar a infraestrutura crítica, incluindo estradas, pontes e instalações públicas, essenciais para o funcionamento da sociedade e economia local. O auxílio financeiro direto para reconstrução e o apoio aos governos estaduais e municipais possibilitaram a execução de projetos de reparação e mitigação, criando uma base para uma recuperação resiliente.

No entanto, a implementação dessas políticas de destinação de recursos financeiros não está isenta de desafios e problemas. A burocracia governamental e a falta de capacidade técnica em alguns municípios podem atrasar a implementação dos projetos de reconstrução, resultando em atrasos críticos que prolongam o sofrimento das comunidades afetadas. Além disso, a necessidade de uma rápida mobilização de grandes quantias de dinheiro aumenta o risco de corrupção e mau uso dos recursos, o que pode comprometer a eficácia das medidas de recuperação. Outro problema é a sustentabilidade financeira dessas intervenções a longo prazo. Embora o investimento em infraestrutura seja necessário, há o risco de que a dependência de fundos federais crie expectativas insustentáveis de apoio contínuo, sem um plano claro para a transição para fontes de financiamento locais ou privadas.

As ações de destinação de pessoal e equipamentos foram uma componente essencial da resposta emergencial do Governo Federal às enchentes no Rio Grande

do Sul. Essas iniciativas, classificadas na tabela como de alto impacto econômico e com efeito imediato, incluíram a mobilização de equipes de resgate, assistência médica e socorro, além da distribuição de equipamentos e recursos logísticos necessários para apoiar as operações de emergência. Um acerto notável dessas políticas foi a rápida resposta em situações críticas, garantindo a evacuação segura de áreas de risco, a provisão de cuidados médicos de emergência e a manutenção de segurança pública.

No entanto, essas políticas de destinação de pessoal esbarraram na necessidade de coordenação interinstitucional eficaz, que pode ser dificultada por burocracias e falhas de comunicação entre diferentes níveis de governo e agências envolvidas. Assim, embora as ações de destinação de pessoal e equipamentos sejam vitais em uma resposta de emergência, é necessário um planejamento contínuo e aprimorado para garantir uma alocação justa e eficaz dos recursos, além de estratégias para sustentar esses esforços ao longo do tempo.

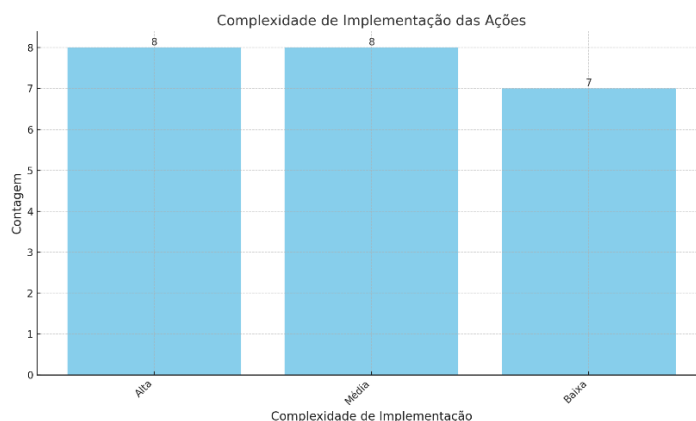
Em síntese, as ações do Governo Federal mostram uma abordagem abrangente, contemplando diferentes aspectos da recuperação pós-desastre. No entanto, para maximizar o impacto positivo dessas medidas, é fundamental assegurar uma implementação eficiente e coordenada, além de equilibrar o alívio imediato com a necessidade de sustentabilidade fiscal e preparação para futuros desastres.

#### 4.1.3 Complexidade de Implementação

Ações de alta complexidade, como o crédito via PRONAMPE e iniciativas de reconstrução de infraestrutura, exigem uma coordenação interinstitucional significativa, além de recursos técnicos e logísticos complexos.

Essas ações envolvem processos burocráticos e administrativos mais robustos, tornando a execução mais desafiadora. Em contraste, medidas de baixa complexidade, como a antecipação de benefícios sociais ou restituições, são mais facilmente implementadas, devido à sua simplicidade operacional e menor necessidade de coordenação.

Figura 05 – Gráfico síntese da complexidade de implementação das políticas do Governo Federal.



Fonte: Adaptado de dados do Governo Federal (Brasil, 2024).

Um ponto positivo dessas políticas foi a mobilização de recursos técnicos e administrativos necessários para implementar programas complexos, que são fundamentais para a recuperação econômica e estrutural de longo prazo. A execução eficaz dessas iniciativas pode fortalecer a infraestrutura crítica e apoiar a recuperação das economias locais, além de melhorar a resiliência a futuros desastres.

No entanto, a alta complexidade de algumas ações apresenta desafios consideráveis. A necessidade de uma coordenação interinstitucional eficiente pode ser dificultada por burocracias excessivas, conflitos de competência e falta de clareza nas responsabilidades, o que pode levar a atrasos na implementação e na distribuição de recursos.

Adicionalmente, políticas de alta complexidade frequentemente requerem capacidades técnicas especializadas e recursos significativos, o que pode sobrecarregar as administrações locais e regionais, especialmente em áreas severamente afetadas e com infraestrutura limitada.

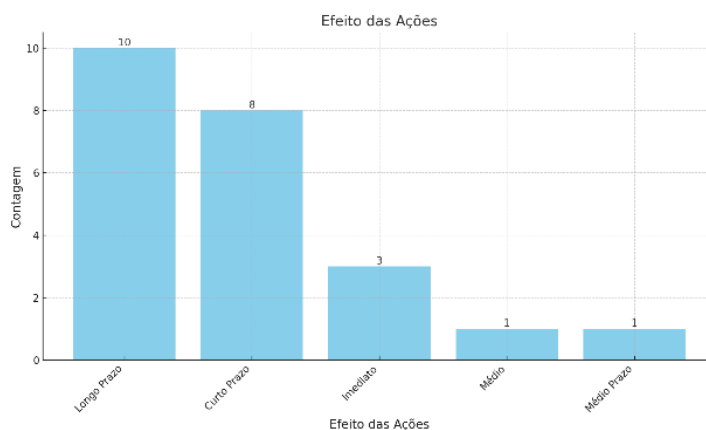
A gestão de grandes projetos de reconstrução, por exemplo, pode enfrentar dificuldades na obtenção de materiais, na contratação de mão de obra qualificada e na garantia de conformidade com os padrões de qualidade e segurança. Em contraste, ações de baixa complexidade, como a antecipação de recebíveis, embora mais simples de implementar, podem não fornecer o nível de suporte necessário para enfrentar os desafios estruturais profundos causados pelo desastre. A disparidade na capacidade de execução pode resultar em uma alocação desigual de recursos, onde áreas mais preparadas recebem mais suporte, enquanto regiões mais vulneráveis e com menos capacidade administrativa ficam desassistidas. Esses desafios sublinham a necessidade de um planejamento detalhado e uma gestão adaptativa para superar as complexidades de implementação, garantindo que todas as comunidades afetadas recebam apoio adequado e oportuno.

#### **4.1.4 Efeito temporal das Ações**

O efeito das ações foi analisado com base no horizonte temporal dos impactos esperados, sendo classificado em imediato, curto, médio e longo prazo. As ações de efeito imediato, como as operações de socorro e a alocação de pessoal e equipamentos, foram críticas para atender às necessidades urgentes e de emergência. Ações de curto prazo, como a antecipação de benefícios e restituições, tiveram como objetivo fornecer socorro rápido às vítimas. Medidas de médio prazo, como o arrolamento de dívidas e a reconstrução de infraestrutura, foram planejadas para estabilizar as condições econômicas e sociais após a emergência inicial. Por último, ações de longo prazo, como programas de crédito e projetos de reconstrução, foram projetadas para sustentar o desenvolvimento econômico e social contínuo e resiliente.

Figura 06 – Gráfico síntese da efetividade no tempo das políticas do Governo Federal.





Fonte: Adaptado de dados do Governo Federal (Brasil, 2024).

As ações implementadas pelo Governo Federal em resposta às enchentes no Rio Grande do Sul foram planejadas para produzir efeitos em diferentes horizontes temporais, categorizados como imediato, curto, médio e longo prazo. As intervenções de efeito imediato, como o fortalecimento de ações emergenciais de saúde e as ações da Defesa Civil, foram eficazes em abordar necessidades urgentes e salvar vidas, demonstrando a capacidade de mobilização rápida de recursos e pessoal.

A alocação de fundos para o acolhimento de 120 mil pessoas e o estabelecimento de hospitais de campanha refletem um acerto significativo na resposta emergencial, atendendo rapidamente às necessidades de saúde e segurança das comunidades afetadas. Essas medidas são essenciais para estabilizar a situação nas fases iniciais da crise, mas seu impacto é tipicamente de curta duração, necessitando de políticas subsequentes para sustentar a recuperação.

Por outro lado, as ações de efeito de curto a longo prazo, como a antecipação de benefícios sociais e programas de crédito, buscaram proporcionar alívio financeiro e apoio estrutural contínuo. A antecipação de abono salarial, restituição de imposto de renda e o saque do FGTS ajudaram a injetar liquidez na economia local, beneficiando milhões de pessoas.

Essas medidas apresentam desafios significativos, como o risco de esgotamento precoce dos recursos financeiros pessoais, o que pode comprometer a resiliência econômica dos indivíduos a médio prazo. Políticas de longo prazo, incluindo aportes financeiros para reconstrução de infraestrutura e suspensão de dívidas do Estado, foram planejadas para assegurar uma recuperação sustentável e resiliente.

No entanto, a eficácia dessas ações é muitas vezes comprometida por problemas de implementação, como a complexidade burocrática e a coordenação interinstitucional necessária para gerenciar grandes projetos. Além disso, o impacto prolongado de tais medidas depende de uma execução eficiente e da continuidade dos financiamentos, o que pode ser desafiado por limitações orçamentárias e mudanças nas prioridades políticas. Assim, enquanto o efeito das ações foi estrategicamente escalonado para abordar diferentes fases da recuperação, o sucesso de longo prazo depende de uma gestão integrada e da mitigação de obstáculos administrativos e financeiros.

## 5 Conclusões

A resposta do Governo Federal às enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul envolveu uma série de iniciativas que variam de ações emergenciais imediatas até estratégias de médio e longo prazo voltadas à recuperação econômica e social das áreas afetadas. Essas ações incluíram apoio financeiro direto, reestruturação de dívidas e projetos de reconstrução de infraestrutura, configurando uma abordagem abrangente e coordenada para mitigar os impactos do desastre.

Contudo, a eficácia dessas políticas está intrinsecamente ligada à capacidade de implementação eficiente e à coordenação interinstitucional, em um contexto desafiador marcado por obstáculos burocráticos e logísticos. A análise das políticas evidencia que, embora as medidas emergenciais tenham sido executadas rapidamente, as ações de longo prazo, como a reconstrução de infraestrutura e a concessão de crédito, requerem uma gestão detalhada e adaptativa para assegurar resultados eficazes. As vulnerabilidades expostas nas infraestruturas urbanas e no sistema de resposta a desastres ressaltam a necessidade de aprimoramento contínuo das políticas públicas.

Um dos principais desafios identificados foi a implementação fragmentada de políticas, que resultou em esforços duplicados ou inadequadamente alinhados, comprometendo a eficácia das ações e a correta alocação dos recursos disponíveis. Além disso, a complexidade burocrática, especialmente nos grandes projetos de infraestrutura, somada à necessidade de aprovação por múltiplas agências e à falta de clareza nos procedimentos administrativos, atrasou a execução de medidas cruciais, prolongando o período de recuperação das comunidades afetadas.

A distribuição de recursos financeiros também apresentou desafios, incluindo problemas de transparência e equidade. A burocracia excessiva e a ausência de critérios claros resultaram em uma distribuição inadequada de recursos, deixando áreas necessitadas sem o suporte essencial. A dependência de mecanismos como o FGTS e a restituição de imposto de renda, que têm alcance limitado, agravou essas dificuldades.

Para superar esses obstáculos, é imperativo melhorar a coordenação interinstitucional e a comunicação entre os diferentes níveis de governo. A criação de uma estrutura de comando unificada durante crises pode centralizar as decisões e aumentar a eficiência na implementação das políticas. Além disso, uma comunicação clara com o público é necessária para evitar desinformação e garantir que as comunidades compreendam como acessar os recursos disponíveis.

A simplificação e desburocratização dos processos administrativos em momentos de crises são igualmente necessárias para agilizar a liberação de recursos, assim como, a execução de projetos e a criação de um protocolo de emergência, pode facilitar a rápida mobilização de recursos.

A transparência na gestão de recursos e a participação ativa das comunidades afetadas são fundamentais para o sucesso das políticas, com a inclusão de mecanismos para fiscalização dos projetos de reconstrução aumentando a transparência e garantindo soluções adequadas às necessidades locais.

Finalmente, é essencial um compromisso contínuo com a melhoria dos sistemas de gestão de crises, não apenas na resposta imediata as emergências, mas também no planejamento de longo prazo para a construção de comunidades

resilientes e a mitigação de riscos. O fortalecimento da governança e a capacitação técnica dos gestores locais são elementos importantes para o sucesso das políticas públicas frente a desastres naturais.

Em suma, embora a resposta governamental tenha sido abrangente, há necessidade de melhorias significativas. A abordagem deve ser integrada, coordenada e transparente, com foco na resiliência a longo prazo e na equidade no acesso aos recursos. As lições aprendidas são fundamentais para preparar o estado e o país para enfrentar futuros eventos climáticos extremos, especialmente à luz das mudanças climáticas globais, que intensificam a frequência e a severidade desses eventos.

## REFERÊNCIAS

ABREU, M. C., et al. Sustentabilidade e reconstrução pós-desastres: um estudo de caso. *Revista de Gestão Ambiental*, v. 23, n. 3, p. 45-58, 2019.

ALEXANDER, D. *Principles of Emergency Planning and Management*. Terra Publishing, 2002.

BRASIL. Governo anuncia pacote de R\$ 50 bilhões em suporte ao Rio Grande do Sul. Planalto, Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/05/governo-anuncia-pacote-de-r-50-bilhoes-em-suporte-ao-rio-grande-do-sul>. Acesso em: 29 jul. 2024.

COVELLO, V. "Risk comparison and risk communication". In: KASPERSON, R.; STALLEN, P. (Eds.). *Communicating Risk to the Public*. Kluwer, 1992.

DAUPHINÉ, A. *Risques et Catastrophes*. Arman Collin, 2001.

FREITAS, A. C.; LIMA, R. P. Participação comunitária na gestão de desastres: teoria e prática. *Cadernos de Estudos Sociais*, v. 35, n. 1, p. 99-117, 2023.

GARCIA, M. C.; PEREIRA, R. S.; SILVA, J. R. Long-term impacts of disaster recovery policies: An empirical study. *Disaster Prevention and Management*, v. 29, n. 3, p. 373-386, 2020. DOI: 10.1108/DPM-09-2019-0290.

GOMES, F. S., et al. Financiamento da reconstrução pós-desastres: desafios e soluções. *Revista de Economia e Administração*, v. 17, n. 4, p. 78-94, 2020.

HAN, J.; KAMBER, M.; PEI, J. *Data Mining: Concepts and Techniques*. Morgan Kaufmann, 2011.

IPCC. *Sixth Assessment Report*. Geneva: Intergovernmental Panel on Climate Change, 2021.

JURAFSKY, D.; MARTIN, J. H. *Speech and Language Processing*. Pearson, 2021.

KIM, H.; LEE, S.; KIM, D. Economic impact analysis of government policies: A systematic review. *Economic Policy Review*, v. 24, n. 1, p. 45-67, 2018. DOI: 10.1007/s12076-017-0198-5.

LE MAURICIEN., 2013. “Catastrophe Naturelle : deux exercices de simulation ce weekend” . *Le Mauricien*, 29th June 2013.

LIU, Y.; ZHANG, X.; LI, P. Financial allocations and management in crisis contexts: A review. *Public Finance Review*, v. 45, n. 4, p. 590-607, 2017. DOI: 10.1177/1091142117713622.

MACHADO, P. R., et al. Políticas públicas estaduais para a reconstrução pós-desastres no Rio Grande do Sul. *Relatório Técnico do Governo do Estado do Rio Grande do Sul*, 2024.

MILETI, D. S.; SORENSEN, J. H. Communication of Emergency Public Warnings: A Social Science Perspective and State-of-the-Art Assessment. Oak Ridge National Laboratory, 1990.

PROAG, S. L.; PROAG, V. A Framework for Risk Assessment. *Procedia Economics and Finance*, v. 18, p. 206-213, 2014. DOI: 10.1016/S2212-5671(14)00932-0.

REYNOLDS, B.; SEEGER, M. W. Crisis and emergency risk communication as an integrative model. *Journal of Health Communication*, v. 10, n. 1, p. 43-55, 2005. DOI: 10.1080/10810730590904571.

SALTON, G.; BUCKLEY, C. Term-weighting approaches in automatic text retrieval. *Information Processing & Management*, v. 24, n. 5, p. 513-523, 1988. DOI: 10.1016/0306-4573(88)90021-0.

SILVA, A. F. de; MENDES, R. M.; DOURADO, F. Gestão de desastres no Brasil: os planos de emergência e contingência em esferas estaduais e as Geociências. *Ciência e Natura*, Santa Maria, v. 45, e74244, 2023. DOI: 10.5902/2179460X74244.

SILVA, H. L., et al. Resposta municipal às enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul. *Revista de Planejamento Urbano*, v. 28, n. 2, p. 59-74, 2024.

SKIDMORE, M.; TOYA, H. Do Natural Disasters Promote Long-Run Growth? *Economic Inquiry*, v. 40, n. 4, p. 664-687, 2002.

SOUZA, M. T.; ALMEIDA, R. F. Políticas federais para a gestão de desastres no Brasil. *Revista Brasileira de Política Pública*, v. 8, n. 1, p. 34-50, 2022.

STIGLITZ, J. E. *Freefall: America, Free Markets, and the Sinking of the World Economy*. W.W. Norton & Company, 2010.

UNESCO. *Water – A Shared Responsibility*. Berghahn Books, 2006.

WANG, T.; LI, J.; ZHANG, S. A clustering approach to evaluate public policies: Methodology and application. *Public Administration Quarterly*, v. 40, n. 2, p. 152-168, 2016. DOI: 10.1016/j.paq.2015.12.001.

WRIGHT, G. *Disaster Resilience: A National Imperative*. National Academies Press, 2013.

ZHANG, Y., et al. Sustainable disaster recovery: a comparative study of recovery plans in China. *Journal of Urban Planning and Development*, v. 143, n. 2, p. 67-80, 2017.

ZHOU, Y.; CHEN, Z.; WU, J. Implementation complexity in public policy: A comprehensive framework. *Policy Studies Journal*, v. 47, n. 4, p. 931-951, 2019. DOI: 10.1111/psj.12352.

**Allan Leon Casemiro da Silva**

*Pós-Doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela UNIVAG, Doutor em Agronegócio e Desenvolvimento pelo PGAD-UNESP, Tupã/SP, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2397-3492>*

**Sandra Medina Benini**

*Pós-Doutorado em Arquitetura e Urbanismo pelo PPGARQ-UNESP e professora do programa de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo na UNIVAG, Várzea Grande/MT, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7109-8717>*

**Jeane Aparecida Rombi de Godoy**

*Pós-Doutorado em Arquitetura e Urbanismo pelo PPGARQ-UNESP, Coordenadora e professora do programa de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo na UNIVAG, Várzea Grande/MT, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4577-4651>*

Submetido em: 01/08/2024

Aprovado em: 28/11/2024

**CONTRIBUIÇÃO DE CADA AUTOR**

Conceituação Allan Leon Casemiro da Silva

Curadoria de Dados Allan Leon Casemiro da Silva

Análise Formal Allan Leon Casemiro da Silva e Sandra Medina Benini,

Investigação/Pesquisa Allan Leon Casemiro da Silva e Sandra Medina Benini,

Metodologia Allan Leon Casemiro da Silva

Administração do Projeto Sandra Medina Benini,

Supervisão/orientação Sandra Medina Benini e Jeane Aparecida Rombi de Godoy

Validação Sandra Medina Benini,

Visualização Jeane Aparecida Rombi de Godoy

Escrita – Primeira Redação Allan Leon Casemiro da Silva e Sandra Medina Benini,

Escrita – Revisão e Edição Jeane Aparecida Rombi de Godoy